

Caldeirão constituinte

OSMUNDO REBOUÇAS

CORREIO BRAZILIENSE - 8 AGO 1986



Ass. const

A esperança de solução dos grandes problemas nacionais, na próxima Assembleia Nacional Constituinte, está ameaçada por choques de alta temperatura e pressão. Para começar, a natureza de Congresso Constituinte trará complicações, pois a missão de elaborar uma nova Constituição, paralela aos trabalhos legislativos rotineiros, tirará dos congressistas a necessária exclusividade na dedicação à nobre e histórica tarefa da Carta Magna. Além disso, o eleitorado brasileiro, ao escolher representantes de missão dupla, confundirá a eleição da Constituinte com uma eleição comum, o que deixa o eleitor indeciso sobre o caráter especial do pleito do próximo 15 de novembro.

Essas indefinições, na cabeça do eleitor e no funcionamento do colegiado, propiciam, desde já, distorções na campanha eleitoral. A dupla tarefa dos novos representantes aguça o interesse em participar do Congresso, agora mais do que nunca, chegando alguns candidatos a usar quaisquer meios, mesmo escusos, para assegurar a vitória nas eleições. O abuso do poder econômico está à vista. Retaliações entre pessoas e grupos já estão acontecendo.

É previsível que tais problemas manchem a lisura exigida numa Constituinte, pois o mesmo poder econômico que influi nas eleições estará lá dentro da Assembleia, direcionando a Carta Magna para atender interesses de grupos, setores e regiões. E os mesmos grupos torcerão para que a legislação complementar e ordinária, que se seguirá imediatamente à conclusão da nova Carta, confirme o atendimento daqueles interesses.

Que tipos de interesses serão esses? De um lado, os

privilegiados da estrutura agrária lutarão para manter o "status quo" da concentração injusta e antieconômica da terra, conforme já se anuncia, com grupos já organizados para impedir mudanças significativas nessa área. O conservadorismo, de um modo geral, erguerá trincheiras de forte poder de fogo contra as esferas ávidas por transformações estruturais.

Sob qualquer ideologia, de conservação ou renovação, a agricultura precisará defender-se, pois ela definiria sem uma forte proteção do Estado. A modernização da economia tem favorecido mais a industrialização, com o avanço da burguesia industrial sobre o patriarcado rural. Esse deslocamento de influência tem-se refletido no Congresso e tudo indica que se reproduzirá na Constituinte. A proteção à indústria contará com representantes que arregaçarão as mangas para manter os privilégios que fi-

zeram florescer o parque industrial brasileiro. A competição entre a empresa nacional e a estrangeira e o grau de desestatização acenderão calorosos debates.

Sob a ótica regional, as tentativas de desconcentração espacial de recursos em prol do Norte e do Nordeste encontrarão resistência nos focos de preservação das vantagens do Centro-Sul. O Nordeste, com 30% da população brasileira, recebe apenas 12% dos investimentos públicos, e com 50% dos analfabetos do País só 15% das despesas de educação. Normas constitucionais serão defendidas para reduzir essas injustiças.

Em nome da justiça fiscal, será tentada a eliminação do fluxo de impostos que ocorre das regiões pobres (consumidoras) para as regiões ricas (produtoras), a tributação mais eficaz dos ganhos de capital, a transferência mais expressiva de tributos federais para Esta-

dos e Municípios, a redivisão de encargos entre as três esferas de governo e uma solução para a dívida dos Estados. Os atritos inerentes a essas questões constituirão um teste da estabilidade do sistema federativo.

Os sindicatos e outras associações de trabalhadores pressionarão por novas regras de defesa do assalariado para eliminar o grau de rigidez existente na legislação pertinente, enfrentando as representações patronais. Espera-se, não só nessa área trabalhista, como também em matéria de reforma agrária e direitos humanos, decisivo papel da Igreja, que exigirá muito mais do que o nome de Deus, escrito na Constituição.

Escaramuças serão estrategicamente armadas para fortalecer ou evitar o esvaziamento de instituições, órgãos e programas federais, o que, no fundo, será uma batalha pela divisão do poder na administração pública. O papel das Forças Armadas, as prerrogativas do Congresso e a estrutura do Judiciário, serão temas que servirão de provas de fogo para a nossa maturidade institucional.

Para afirmar com altivez o prestígio do Brasil como nação livre e soberana, deverão ser introduzidas normas heterodoxas sobre negociação da dívida externa e comércio exterior, o que exigirá delicada articulação entre o Executivo e o Legislativo.

Para mexer nesse imenso caldeirão, esperamos que os eleitores, em 15 de novembro, ponham não apenas bruxas e feiticeiros, mas principalmente uma maioria de patriotas que, eternamente, levante o Brasil do berço esplêndido.

Osmundo Rebouças, ex-Secretário de Planejamento do Ceará, é economista